



LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DOS SURDOS PELA GARANTIA DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

LUIZ ANDRÉ BRITO COELHO
ANTONIO CARLOS FRASSON
SILVANA ELISA DE MORAIS SCHUBERT
TALÍCIA DO CARMO GALAN KUHN

RESUMO

Com o intuito de apresentar as lutas travadas pelos movimentos surdos em busca da educação de qualidade para as pessoas surdas no cenário brasileiro, trazemos no presente trabalho uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir de revisão da literatura. Esta aponta para o reconhecimento de que a educação oferecida hoje aos surdos está intimamente ligada às lutas e resistências dos movimentos sociais. Essas lutas e resistências resultaram na oficialização e regulamentação da língua de sinais, principalmente no espaço escolar. Nosso objetivo é compreender como e de que modo a educação solicitada pelos surdos tem se efetivado. Os surdos que hoje ocupam altos níveis acadêmicos e cargos relacionados à educação entendem que a educação de qualidade necessária e desejável para as novas gerações de surdos requer a língua de sinais presente em todos os momentos e interações, como uma das garantias de qualidade, assim como as experiências visuais para o processo

de ensino-aprendizagem. Entendemos, contudo, que se os movimentos surdos cessarem, pode haver esvaziamento das reivindicações dos sujeitos e um retrocesso na implementação da educação bilíngue. Assim sendo, este trabalho procura despertar nos surdos a busca pela continuidade desses movimentos, a fim de que a luta política prossiga, os direitos alcançados estejam inseridos na prática e a educação não seja apenas aquela que o sistema permite oferecer em nome da inclusão, mas, uma educação de qualidade. Os resultados desta pesquisa refletem como a educação bilíngue é essencial para a educação de surdos e como têm sido paulatinamente alcançados por meio das lutas dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Movimentos surdos. Educação de qualidade. Lutas e resistências. Educação bilíngue.

LUIZ ANDRÉ BRITO COELHO

Professor surdo, mestrando em Ensino de Ciências e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná; especialista em educação bilíngue para surdos; graduado em Letras-Libras e Matemática. E-mail: landre68@msn.com.

ANTONIO CARLOS FRASSON

Professor Adjunto da UTFPR/PG, doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. E-mail: ancafra@gmail.com.

SILVANA ELISA DE MORAIS SCHUBERT

Doutoranda e mestra em educação pela Universidade Tuiuti do Paraná; especialista em educação especial, educação infantil e educação bilíngue para surdos; graduada em pedagogia; professora na prefeitura municipal de Araucária na modalidade de educação especial e na Faculdade Educacional da Lapa/Apolo Global. E-mail: silschubert@yahoo.com.br.

TALÍCIA DO CARMO GALAN KUHN

Intérprete de Libras da UTFPR/PG; mestra em Ensino de Ciências e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná; especialista em educação bilíngue para surdos, graduada em Pedagogia. E-mail: taliciagalan@yahoo.com.br.

A LÍNGUA DE SINAIS NA ESCOLA: MOVIMENTOS SURDOS E O ENCONTRO COM AS NECESSIDADES BRASILEIRAS DA EDUCAÇÃO DOS SUJEITOS

Não é novidade no Brasil debater a questão dos surdos como sujeitos de direitos contra os discursos hegemônicos, principalmente em relação à educação.

Com a compreensão de que não ganhamos direitos sem lutas e resistências às práticas tradicionais, que compreendem modos monolíngues de ensinar e aprender na escola, os surdos, junto ao movimento que se anuncia historicamente, se mobilizam e participam nas interações com o governo, nas negociações por meio das conferências e debates em Brasília, na busca pela abertura de escolas para surdos que respeitem o modelo bilíngue Libras e português escrito – entendido como o melhor modelo ou abordagem para ensino-aprendizagem de surdos.

Mas essa não é uma questão que apenas surdos brasileiros precisam debater, nem é uma luta que se constitui isoladamente no nosso país. Os autores Sacks (1990) e Lane (1992) levantaram debates importantes acerca dos surdos em movimentos de luta e resistência na área educacional nos diferentes países no mundo.

A ideia de incluir, apresentada como ato pacífico, que acolhe as diferenças sem exclusão, na verdade impõe ao surdo um acolhimento que não se sustenta

apenas nas propostas gerais de inclusão. Precisa estar pautada no Decreto nº 5.626/05, o qual destaca que a eliminação de barreiras, que tornam qualquer sujeito deficiente, traz para o surdo uma questão mais específica e nada comum: o direito à língua, em que as barreiras não são tão visíveis e nem podem ser eliminadas com facilidade.

Para compreender como os Movimentos Sociais dos surdos podem contribuir para que alcancemos uma educação de qualidade – conforme determinado na LDB nº 9.394/96, lei que não remete somente ao Direito, mas também ao dever da família e do Estado em prover acesso, permanência e qualidade, esta relacionada a aceitação, acolhimento, mas acima de tudo a saber trabalhar com as singularidades dos sujeitos –, entendemos que é preciso ir além, pois as lutas não são apenas pela relação de ensinar e aprender, mas de reconhecer e identificar o valor da Cultura Surda¹ e de uma educação de surdos que acontece não apenas por direito, mas de fato em todo o território brasileiro.

Para alcançar esse intento, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental buscando verificar princípios e diretrizes que constituem as escolas, no que tange aos fundamentos e estudos acadêmicos dos programas educacionais.

Analizou-se a Feneis² como espaço onde os movimentos têm seu início e sua organização no Brasil, pois trata-se de uma importante instituição dirigida

¹ Entende-se como Cultura Surda, segundo Gladis Perlin (2003), o jeito surdo de ser, não uma cultura rica, mas multifacetada, que abrange diferentes aspectos e características dos sujeitos.

² Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos.

por surdos. Por meio da Feneis e também dos movimentos que se organizam no seio da sociedade, verificamos como esses auxiliam a melhoria das práticas educacionais e a minimização de barreiras socialmente criadas pelos modelos excludentes que, segundo Schubert (2012a; 2012b), não priorizam as necessidades e singularidades do sujeito e de sua cultura.

Nosso objetivo centrou-se em compreender se a educação ofertada aos surdos é condizente com as solicitações do movimento social surdo do Brasil. Entende-se que a língua de sinais inserida na escola não se efetivou, não por falta de solicitação do movimento e de suas lutas e resistência àquilo que lhes vem sendo imposto através dos tempos.

A língua de sinais do Brasil foi oficializada por meio da Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002), regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005). Com ela, foi oficializado o direito à presença do intérprete de Libras, ao professor bilíngue e a um ensino condizente com as características dos sujeitos, entendido como um ensino bilíngue em que a língua de sinais seja a língua de instrução e ensino, sem abandonar a língua pátria, de preferência na modalidade escrita.

Questionamos com isso: os movimentos surdos que têm se levantado na sociedade vêm contribuindo para que as escolas sejam espaços de ensino-aprendizagem que valorizam a língua do sujeito? Que inclusão temos? Ela é resultante

de fato e direito dos movimentos sociais? Ainda buscamos saber onde estão os movimentos surdos e como contribuem, ou não, para a efetivação de uma educação de qualidade para além da garantia por meio de políticas para todos.

Os surdos brasileiros têm vivenciado o retrocesso em relação à educação que necessitam. Por esse motivo, a comunidade surda tem se mobilizado para defender a singularidade surda, a cultura surda, tendo como bandeira de luta o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), que destaca o direito dos surdos a uma educação que respeite sua singularidade linguística, que seja uma educação bilíngue.

Com esse desejo por uma educação para surdos que os valorize enquanto humanos e sujeitos de direitos, é que os movimentos articulados pela comunidade surda vêm se apresentando nos debates na capital do país e nas conferências, impondo presença e visibilidade da língua de sinais e do sujeito em si, tentando a implantação de Escolas Bilíngues para surdos que considerem o modelo Libras como primeira língua e português – escrito – como segunda língua, o que já vinha sendo defendido desde a década de 60 do século XX, desde a qual o Brasil pouco progrediu.

Como a educação de surdos e a educação bilíngue ainda se apresentam como problemas a serem resolvidos, entende-se como necessário analisar se há modelos educacionais mais eficazes e capazes de responder as necessidades dos sujeitos.

Os movimentos surdos têm se posicionado em defesa dos interesses das comunidades surdas e isso tem refletido em ações que precisam trazer respostas positivas para uma educação que resulte em ensino-aprendizagem, ou seja, na aquisição dos conhecimentos historicamente elaborados pela humanidade e significativos para os sujeitos.

Destacamos que por meio desses movimentos a língua de sinais e outros direitos dos sujeitos fazem parte da história, e aos poucos vêm superando a constituição de um sujeito ineficiente, dependente e incapaz para a aprendizagem e o trabalho. Com isso, busca-se responder ao problema a partir dos movimentos surdos e de suas contribuições para a educação de qualidade e a igualdade para todos, como destacam a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996).

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO E EFICIÊNCIA NO ENSINO: BANDEIRA DE LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS SURDOS

Sendo o pesquisador como um sujeito surdo, busca não se ater em autonarrativas, sendo consciente de que não há como fugir da relação de busca, desejo, mas também de lutas, resistências e concretizações que nos aproximam e afastam do objeto.

No pertencimento à comunidade surda e numa busca nada poética, há que se destacar que nas últimas décadas a

educação de surdos vem traçando seus caminhos por lugares áridos, em busca da educação de qualidade para todos os surdos, a busca por uma formação qualitativa para estudantes, profissionais e com isso que alcance toda a comunidade escolar.

Muitas dificuldades se interpõem ao processo de ensino-aprendizagem, principalmente a compreensão de quem é o surdo, de que modo aprende e as questões relativas às possibilidades (ou não) de aprendizagem, alvo de investigação desde o século XV. Como as modificações na percepção de quem é o sujeito e seus modos de aprender são lentas, a compreensão dos surdos apenas pela deficiência ainda se perpetua na sociedade e por isso os movimentos surdos vêm buscando a desconstrução dos estigmas, solicitando a educação necessária para todos, que supere o limite das possibilidades e da normalização.

Esses movimentos surdos se organizam a fim de resistir à mera inclusão, para alcançar o respeito pela pessoa surda e para o uso e disseminação da língua de sinais como primeira língua e da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua no interior das escolas que trabalham para o ensino dos estudantes surdos.

Na análise de dissertações de mestrado que sobre esse tema, buscou-se por "Movimentos surdos e contribuições para a educação". Verificou-se que não se trata de um objeto de pesquisa alvo dos programas de mestrado e

doutorado, isso porque antes de considerar de fato o tema, foram feitas buscas por meio de consulta ao banco de teses e dissertações da Capes³, bem como consultas livres ao Google, sobre quantos trabalhos havia referentes a movimento surdo e educação.

Encontrou-se apenas 1 (um) trabalho relativo ao tema, cujo endereço consta na nota de rodapé, com o título de: "Movimento Surdo e Educação: Negociação da Cultura Surda"; da Universidade Federal de Santa Maria, da autora Carilissa Dall'Alba, ano de 2013. Devido à existência de poucos trabalhos relacionados, considera-se o tema de grande relevância para a pesquisa. Os demais trabalhos encontrados eram artigos breves, de publicação em congressos, por isso entende-se que o resultado das investigações aqui propostas irá contribuir para outros pesquisadores e será de grande valor acadêmico.

Vamos avançar por meio da revisão de literatura sobre movimentos surdos, comunidade e educação de qualidade que busca a superação do fracasso escolar escrito na história.

SURDOS: MOVIMENTOS, COMUNIDADE E EDUCAÇÃO

O Brasil enquanto signatário da UNESCO, passou a evidenciar ações inclusivas a partir da Declaração de Salamanca (1994). Assim, no ano de 2000 regulamentou-se a Lei de acessibilidade, da qual se destaca que todo tipo de barreira comunicativa entre essas ações precisam ser derrubadas (BRASIL, 2000).

No ano de 2002, por meio da Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), a língua de sinais passa a ser a segunda língua oficial brasileira, devendo ser disciplina obrigatória na formação de professores em todos os níveis e de fonoaudiólogos. Foi regulamentada por meio do Decreto nº 5.626/05, o qual, segundo Schubert (2012a, e 2012b) é um marco na educação de surdos, já que destaca que o sujeito surdo define o melhor termo a ser tratado e desloca o foco da deficiência para uma visão socioantropológica da surdez e dos surdos.

A partir do Decreto supracitado e com o apoio de diversos autores que destacam a cultura surda, o modo surdo de ser, de aprender e de conviver com outros em igualdade, estabelece-se a referência bibliográfica a seguir. Por motivo de restrição necessária a um anteprojeto, não é possível dissertar sobre cada uma, fez-se um recorte para evidenciar a importância e necessidade da pesquisa.

Destacam-se como principais autores e textos consultados Soares (1999), Brito (1993), Quadros (1997, 2004, 2006), Goldfield (1997), Goes (2000), Kozłowski (2000), Lacerda (2000), Lodi (2002), Fernandes (2003), Ferreira-Brito (1995), Karnopp (2004), Thoma e Lopes (2004), Schubert (2012a, 2012b, 2013), os quais abordam o tema da educação de surdos no Brasil, bem como a dissertação de mestrado de CarilissaDall'Alba, para ressaltar a mentalidade excludente, de que o surdo não teria capacidade para aprender ou que o conhecimento escolar

³ Consulta ao Banco de Teses e Dissertações Capes: <http://banco-de-teses.capes.gov.br/>; e dissertação de mestrado http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5456.

deve ser delegado a um segundo plano, prática que teve início em 1880 com o congresso de Milão⁴.

A repressão à língua de sinais e a opressão pelo oralismo permanece até os dias atuais. Os movimentos surdos vêm buscando resistir à inclusão que o Estado deseja, e vêm lutando pela efetivação de um direito adquirido pelas leis, a Escola Bilíngue para surdos, para a valorização de sua primeira língua como língua de instrução e de modelos eficazes e coerentes de ensino e aprendizagem quando, segundo Schubert (2013), a escola recebe a cultura surda.

Atualmente, o fracasso da maioria dos surdos na educação, tem sido alvo dos debates de toda comunidade acadêmica. Nos trabalhos de Sacks (1990), Lane (1992), Quadros (1997, 2004, 2006), Perlin (2003, 2006; 2013), Strobel (2008), Schubert (2012, 2013), Skliar (2008), muito se discute a respeito desses sujeitos no espaço acadêmico.

Pode-se hoje presenciar diferentes e diversas alternativas educacionais para os surdos e, quanto à inclusão, há opiniões que divergem entre si. Entre os que não concordam, podemos encontrar Quadros (1997), que, como filha de surdos, reflete de maneira diferente a respeito da surdez e das singularidades surdas.

Mas cabe-nos compreender, por exemplo, que o que realmente norteia as ações são as políticas para a educação de surdos que vêm desde a compreensão dos surdos por meio daquilo que lhes falta, ou seja, por meio da deficiência, pela

qual tem seus direitos garantidos, até a visão que se tem hoje por meio da antropologia e das interações sociais. Nessas interações, colocamos em evidência os movimentos surdos e comunidade surda em geral.

A aprendizagem dos surdos tem como principais barreiras a leitura e a escrita. A leitura dos surdos foi e continua sendo uma incógnita que, mesmo com todos os esforços de estudiosos linguistas, ainda não se conseguiu esclarecer. Há dúvidas principalmente em decorrência de a língua de sinais não possuir, oficialmente, uma escrita que represente o pensamento visual dos surdos.

Ainda há que se destacar que a sociedade em sua maioria entende que apenas a oralidade é capaz de representar as capacidades de uma pessoa para ser cidadão e demonstrar inteligência.

Entende-se ainda que na decodificação de uma segunda língua, a partir do código escrito, ou seja, quando os surdos alcançam o processo de leitura e mesmo de escrita, enfrenta as divergências presentes do encontro entre língua de sinais como língua natural (primeira língua, ainda compreendida como ágrafa) e a Língua Portuguesa.

Há conflitos linguísticos significativos, entre eles compreender, expressar e produzir nessa segunda língua.

Em muitos casos, a escola os considera pouco capazes, porque são capazes de ler mas não de entender as nuances do que leem, não constroem os sentidos com facilidade. Isso acontece devido ao

⁴ Congresso internacional de Educação de Surdos ocorrido em Milão na Itália, por meio do qual o oralismo se tornou a principal metodologia de ensino para surdos, impondo práticas ouvintistas, de opressão ao sujeito e repressão à língua de sinais.

processo com que foram trabalhados: muitos descontextualizam a palavra e realizam o processo de leitura de modo isolado, o que não produz interações significativas, como foi destacado por Bakhtin (1992). Vygotsky (1996), afirmou que uma palavra sem significado é um som vazio, ou seja, de nada adianta eu pronunciar, conhecer uma palavra que não tem significado algum, isso não indicará, não levará minha memória a buscar nada, ou seja, essa palavra é algo perdido, sem nexos.

Além da questão da leitura e da escrita, os surdos também são alvos de debates e até de críticas, quanto ao próprio desenvolvimento ou desempenho para aprender português; mas há que se destacar que significativa maioria dos professores que hoje ensinam a Língua Portuguesa para surdos não é fluente, por vezes nem conhece a língua de sinais ou as especificidades de aprendizagem dos sujeitos. Assim, é praticamente impossível a mediação direta entre professor e estudante, sendo necessário desconstruir a barreira lenta e penosamente a partir da inserção do intérprete de Libras.

Por mais que a introdução do intérprete na sala de aula tenha sido um dos resultados das lutas do movimento surdo, não é o que desejam os sujeitos para sua formação e para o estabelecimento de relações fora da sala de aula. Se o professor desconhece a língua de sinais e ainda assim lhe é politicamente permitido assumir o ensino de pessoas surdas, isso é em si uma desconsideração da

pessoa e também do status linguístico da língua de sinais. Mas devido a isso os surdos estão constantemente diante de textos em português que geram pouco ou nenhum significado para eles, pois o significado primeiro não é construído em sua língua natural.

Isso afeta principalmente as crianças surdas que nascem em famílias ouvintes cerca de 95% dos surdos vivem essa realidade, prejudicadas nas interações sociais e pessoais. Tais fatores dão materialidade para que os movimentos sociais surdos busquem auxílio e reconhecimento político a respeito das singularidades das crianças, jovens, enfim, pessoas surdas, e com isso lutem por condições para que desde o nascimento as crianças surdas sejam inseridas nas vivências na comunidade surda, tendo como referência surdos adultos além dos ouvintes também sinalizadores (usuários de Libras), para que se constitua como pessoa, com identidade forte e segura.

Todo surdo, sem categorização, independentemente do nível de surdez, das condições clínicas ou socioeconômicas, precisa do direito previsto no Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005) de ser entendido como surdo, conhecer, conviver com pares, para que não se sinta sozinho em sua singularidade. Considera-se importante a inserção porque a inclusão por imposição desenvolvida no país afasta os pares e não dá conta de prover a humanização dos sujeitos, pois retorna a perspectiva clínica de normalização, seja por meio de implantes cocleares, audaciosos

aparelhos de amplificação com resultados materiais mas nada emocionais ou sociais (humanos), ou faz a inclusão longe dos pares e próximo à residência, com muitos direitos mas poucas trocas, mediações e interações.

A autora Schubert (2012), quando analisa autores diversos que tratam do tema, nos alerta para as dificuldades das crianças surdas frente à realidade de suas famílias e da própria inclusão. Schubert (2012) nos chama a refletir sobre os estudos de Lane (1990) e Sacks (1992), os quais trazem a estatística de que há entre 5 e 10% de crianças surdas nascidas em lares com pais surdos, as demais não têm acesso à comunidade surda ou ao uso da língua, acarretando atraso na aquisição da linguagem e incompreensão de si mesmo em suas singularidades.

Se a criança surda não tem acesso à língua de sinais nas interações familiares, é preciso colocá-la em contato com sinalizadores, mas os profissionais da saúde nem sempre instruem os pais sobre essa possibilidade. Essa é uma das lutas dos movimentos, porque se não é permitido à criança surda exercer esse direito, ela poderá estar diante de lacunas enormes em relação à aquisição da língua de sinais, e não há indicativos de que todo surdo seja capaz de se apropriar da língua oral, ainda mais se sua surdez é pré-lingual (antes de começar a falar) ou profunda.

Essa realidade não é posta para todos os pais de surdos, que conseqüentemente são encaminhados a tratamentos

clínicos. No entanto, os surdos buscam referências positivas principalmente em relação à língua, aprendem a sinalizar com seus pares surdos e com isso têm maiores condições de se tornar cidadãos autônomos e críticos. Por isso evidenciamos a importância das associações de surdos e das escolas, pois nelas há compartilhamento político, linguístico e identitário, que possibilitam a criação de uma geração militante.

É necessário dar condições aos professores comuns de se tornarem professores de surdos, que possam mediar, imergir nas vivências, na língua, e com isso nas possibilidades de realizar atividades e aulas significativas, ler em sinais e Língua Portuguesa e prover meios para que a leitura e a escrita, bem como aos demais conhecimentos do currículo escolar, sejam apropriadas pelos surdos. Se o professor aprende como e de que modo ensinar, poderá compreender o que dizem seus estudantes, sanar suas dúvidas, ler para eles e prover a inserção real que garanta sua inclusão.

Schubert (2015), ao analisar a formação de professores para a educação de surdos, destaca que existe uma descontinuidade do ponto de vista linguístico entre essas línguas que não podem ser desconsiderada, o que é questionado entre os movimentos surdos, bem como as contribuições em prol de uma educação efetivamente de qualidade que tenham significado para os sujeitos, uma educação que considere as singularidades, por meio da qual o surdo possa inserir-

-se com igualdade e qualidade tanto nos ambientes educativos quanto na sociedade em geral.

Essa descontinuidade do ponto de vista linguístico ficou evidente nas pesquisas, mas o que os movimentos surdos têm buscado e alcançado em relação à educação não tem sido objeto de investigação, ou seja, não parece ser de interesse social.

Ainda que exista o impasse sobre a falta de uma proposta efetiva de educação de qualidade solicitada pelos e para surdos, que atenda aos modos como eles aprendem e às características e singularidades que se apresentam nos sujeitos, essa proposta é implementada nos discursos e nas leis que deveriam se refletir na prática do professor e na realidade de aprendizagem e ensino em sala de aula. É nesse sentido que os movimentos sociais surdos trazem contribuições para o processo educacional dos surdos e ainda há muito para se buscar.

Ainda que suas conquistas pareçam incipientes, se os movimentos pararem suas atividades não haveremos de alcançar um passo à frente no tempo. Tudo o que foi conquistado não o foi pacificamente, mas a partir das lutas e resistências a modelos fechados.

NO CAMINHO DA HISTORICIDADE

Até o século XVI os surdos não eram compreendidos como sujeitos de aprendizagem, a compreensão social estava relacionada às deficiências e não às po-

tencialidades; por esse motivo até mesmo a língua de sinais ainda enfrenta os estigmas de seu público.

Como destacado anteriormente, a Feneis é responsável pela história da constituição de movimentos sociais dos surdos brasileiros, que envolve questões diversas de interesse do público surdo. A federação se posiciona em defesa de uma escola bilíngue para surdos, onde a Libras seja a língua de instrução e ensino, bem como em outras questões, como a defesa à inserção, por direito da pessoa e dever social da criança surda, na comunidade surda com sinalizadores fluentes desde o nascimento, para que nenhuma fase ou possibilidade de desenvolvimento seja perdida.

A epígrafe "Nada sobre nós, sem nós!", mote dos direitos das pessoas com deficiência que não aceitam mais que falem e decidam por elas, e solicitam o direito à vez e à voz, destacou de maneira mais acentuada tanto o ano de 2010, com a Conferência Nacional da Educação (CONAE), quanto a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em junho de 2014. Esses representam continuamente resultados de lutas historicamente travadas que não são isoladas, mas aparecem como reflexo mundial de afirmação da legitimidade de: ser surdo, fazer uso da língua de sinais, ter reconhecida a cultura surda e ser aceito como cidadão com direito a voz nas relações e nos espaços sociais.

Como destacado por Campello e Rezende (2014), nos encontros de

movimentos surdos com o MEC, por ocasião da ameaça de fechamento do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) em 2011, houve grandes embates, em que os movimentos sociais surdos, liderados pela Feneis, posicionaram-se contra o fechamento do INES. Durante aquele período histórico muitas escolas de surdos foram fechadas no Brasil. Com o posicionamento político, os movimentos sociais surdos buscaram meios de destacar os equívocos do MEC frente à ideia de segregação quando relacionados às singularidades dos surdos.

Nessa ação foram coletados abaixo-assinados, realizados mobilizações e protestos em todo país, o que possibilitou a permanência do INES e de outras instituições em diferentes estados brasileiros que estavam para ser fechados.

Ao retroceder na história, percebe-se que os surdos vêm enfrentando lutas e resistência para garantir educação para si e para as novas gerações de surdos desde L'Éppé⁵ (século XVIII), destacado pelos autores Sacks (1990), Soares (1999), Lane (1992), Strobel (2008), Schubert (2012a) e Skliar (2005). A partir desse tempo histórico, ser surdo e sinalizador não era considerado ser deficiente, mas ter um modo diferenciado de comunicação e aprendizagem.

Entende-se que a escola que os surdos querem e a educação que desejam ainda está em construção. Em que pese a importância do que já se alcançou em termos de direitos, aquilo que se deseja ainda parece distante da realidade.

Dar ao sujeito o direito de ter sua língua inserida na escola, mas sem real qualidade no uso e difusão, é o máximo que se alcançou, e na realidade das poucas escolas para surdos no país, a inclusão traz para o espaço da escola o intérprete de Libras, que não reflete a educação de qualidade que entenda o sujeito na sua máxima expressão.

Os movimentos sociais dos surdos buscam a realidade de uma escola capaz de envolver os sujeitos e ensiná-los com eficiência, onde a língua de sinais seja realidade para todos e não circunscrita aos poucos surdos e ao intérprete, isso é segregação e causa estranhamento nas relações, não inclui, nem poderia.

É necessário superar as barreiras de comunicação em direção a uma educação de verdade, pela qual todos possam interagir e aprender com todos, se entendendo uns aos outros e em que as relações entre as pessoas sejam verdadeiras e não instrumentais.

As lutas e resistências a que se apresentam os movimentos, tem um rival que, na contradição, poderá transformar-se em aliado: a tecnologia. O avanço tecnológico que melhora, moderniza e amplia as interações, trazendo acesso rápido às informações, também vem afastando as relações interpessoais diretas e em relação aos surdos presenciamos uma redução das lutas políticas e do posicionamento frente a questões importantíssimas no que diz respeito à educação bilíngue e à condição das crianças surdas.

⁵ O abade Charles Michel de L'Éppé fundou a primeira escola pública para surdos, em Paris, a qual não só acolheu os surdos marginalizados como também se tornou alvo de resistência social, já que por meio do trabalho de L'Éppé os surdos passaram a ocupar cargos importantes na sociedade e aparecer socialmente como sujeitos de aprendizagem e cidadania independente da condição sensorial.

Os encontros presenciais, de contato direto, que eram comuns e necessários, os encontros com os pares, aquilo que fortalecia as comunidades surdas no Brasil, hoje se dão em poucos e raros encontros entre surdos. O desenvolvimento desenfreado da sociedade, os espaços diversificados de trabalho, principalmente daqueles surdos com formação para a educação, a qual abre concursos para surdos em todo o país nas universidades e em outros espaços sociais, leva a uma realidade que desmobiliza: o fechamento de associações locais e regionais, fenômeno investigado e retratado por Vasicki e Schubert (2015).

Desse modo, a perspectiva de constituição de uma educação forte, incluída no sentido real por ter a qualidade necessária às especificidades dos surdos, continua como proposta, possibilidade que ainda buscamos implementar, já que estão descritas de modo incipiente na legislação brasileira e vem sendo traçada e debatida nos movimentos surdos a partir de encontros cada vez mais raros pelo país.

CONSIDERAÇÕES PARA NÃO FINALIZAR... PROSSEGUINDO NA RESISTÊNCIA

Os movimentos surdos representam os sujeitos e demonstram socialmente a capacidade para lutar, resistir pela educação de qualidade a que têm direito. Não negam os ganhos que tiveram com as regulamentações e produções políticas, no entanto as implementações ainda não se concretizaram na realidade,

para tanto a bandeira é por uma educação que atenda a singularidade dos surdos, sem entendê-los como segregados por solicitar respeito e atenção garantidos na lei.

O que hoje vem sendo garantido no Brasil se deve ao posicionamento dos surdos e da comunidade surda, formada por surdos e ouvintes que lutam pelas causas surdas. É importante destacar que muito se deve à fundação da Feneis, principal organizadora dos movimentos em favor da educação bilíngue para surdos, em que a Libras seja a língua de instrução e a Língua Portuguesa seja compreendida como segunda língua, e o trabalho envolva professores e demais profissionais usuários fluentes de língua de sinais.

Reconhecemos, portanto, o valor e a importância histórica dos movimentos sociais dos surdos, para que continuemos a conquistar qualidade e direitos sociopolíticos e educacionais relacionados à língua natural, à abordagem educacional, à formação do corpo de trabalhadores da comunidade escolar e sobretudo à compreensão do surdo enquanto sujeito de aprendizagem e não uma vítima da deficiência.

É de extrema importância a organização política dos surdos em movimentos sociais fortes que lutem pelo direito da criança surda de aprender entre pares para que as trocas (linguísticas, afetivas, etc) se deem com eficiência, ajudando na constituição de sua personalidade, tendo condições de conviver com referências positivas de adultos

surdos bem sucedidos, a fim de que possa ter identidade forte e segura enquanto ser social, evitando seu isolamento em meio aos demais.

Para tanto, há que se lutar para o uso e a disseminação da Libras em toda a sociedade, iniciando pela escola, possibilitando a interação de surdos e não surdos por meio da Libras.

Ainda que tenhamos consciência que os movimentos surdos pelo avanço da tecnologia venham perdendo o contato presencial, seja pela comunicação de massas ou pelo desdobramento dos surdos trabalhadores, os quais, segundo Marx (2013), vendem seu espaço e tempo para o capitalista, é preciso buscar tempo para lutas por meio desses movimentos, para a mobilização em prol das causas surdas, pois as lutas ainda são extremas e a educação de qualidade não se efetivou – em nome da educação inclusiva, perdeu-se o foco da educação bilíngue para surdos.

Os resultados políticos dependem da conscientização da comunidade surda de que os movimentos não podem cessar. O Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), resultado das lutas e resistências, atualmente tem sido pouco examinado nas escolas, visto que a educação inclusiva foi priorizada e entende que, inserindo-se a língua de sinais na escola, o surdo está incluído, o que não condiz com a realidade presenciada e vivida no interior das instituições.

A educação que os surdos anseiam ainda não saiu do papel, existe uma gran-

de lacuna entre o escrito e o experienciado pelos surdos e professores ouvintes na relação ensino/aprendizagem, onde o máximo que se conquistou foi a inserção de um intérprete, cuja formação ainda está em construção. As lutas sociais dessa minoria linguística organizada em movimentos sociais precisam prosseguir e ter suas forças renovadas, ou toda vitória pode ficar relegada apenas à história de um tempo que deixou de ser.

A educação como vem sendo ofertada apresenta-se contrária ao direito, não oferece qualidade e exclui as especificidades e singularidades do sujeito.

Pausamos o presente artigo com a certeza de que abrimos espaço para novos debates e contribuições, sem certezas fixas e verdades absolutas, pois há seis séculos os surdos lutam, resistem, se posicionam para serem compreendidos como sujeitos de aprendizagem em igualdade com os demais. No Brasil há aproximadamente seis décadas existem mobilizações de surdos, principalmente com a fundação da FENEIDA⁶, que se posiciona contrária à compreensão de deficiente pelo fato de não ouvir.

Para pausar esse artigo, é preciso destacar que a luta é necessária e não pode cessar, nenhum direito pode ser garantido por meio de leis e regulamentos, é preciso unidade para clamar por uma educação de qualidade que ainda não se efetivou, e com o advento da inclusão fica cada vez menos visível a possibilidade da educação bilíngue proposta nos documentos políticos.

⁶ Em 1977, foi fundada a FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo –, por ouvintes ligados à surdez, com sede no Rio de Janeiro. Os surdos não tinham participação ativa, portanto ao começar a se interessar pelas atividades da entidade buscaram maior participação na recém-fundada Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos. A FENEIDA fechou após uma assembleia geral no dia 16 de maio de 1987, quando o fechamento foi decidido por votos. Com isso, um grupo de surdos propôs a criação da FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos –, e é essa federação que atua até hoje, organizando-se para as lutas e resistências dos surdos por meio de movimentos sociais. Mais informações podem ser encontradas em Ramos (s/d, p.2), ver referências.

O movimento surdo é a certeza de que ainda há possibilidade de superar barreiras, para tanto nossa pausa está em articular os surdos e ouvintes para fazer parte desta luta e levantar a bandeira de uma educação nos moldes desconhecidos de reconhecimento da surdez para além da deficiência.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRASIL. LEI Nº 10.436, de 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: mar. 2017.

BRASIL. DECRETO Nº 5.626, de 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. LEI 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996, 185º da Independência e 108º da República. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/l96.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BRITO, L. F. *Integração social & educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. In: Dossiê educação bilíngue para surdos: políticas e práticas. FERNANDES, S. (Org.). *Educar em Revista*. Edição especial nº2/2014. Editora UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil.

DALL'ALBA, C. *Movimentos Surdos e Educação: negociação da Cultura Surda*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

FERNANDES, E. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERREIRA-BRITO, L.; LANGEVIN, R. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GÓES, M. C. R. Com quem as crianças surdas dialogam em sinais? In: LACERDA, C. B. F. & GÓES, M. C. R. (Orgs.) *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000.

KARNOPP, L. B.; PEREIRA, M. C. da C. Concepções de leitura e escrita e educação de surdos. In: LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. (Orgs.) *Leitura e escrita no contexto da diversidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004, p.35.

KOZLOWSKI, L. A educação bilíngue para surdos. In: *Surdez: Desafios para o próximo milênio*. SEE/ INES. Rio de Janeiro: INES, 2000.

LACERDA, C. B. F. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 50, 2000. pp. 70-83.

LANE, H. A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada. *Coleção Horizontes Pedagógicos*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional. In: LODI, A. C. et al. (Orgs.) *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: Skliar C. (Org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, G. T. T. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.), *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PERLIN, G. T. T. *O ser e o estar sendo surdo: alteridade, diferença e identidade*. 2003. *Dissertação* (Tese de doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

PERLIN, G. T. T.; MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. *Revista Ponto de Vista*. Florianópolis, n. 5; p. 217-226, 2003. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_05/12_tendencia.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2013.

PERLIN, G. T. T.; STROBEL, K. *Fundamentos da educação de surdos*. Universidade Federal de Santa Catarina (Centro de Comunicação e Expressão/UFSC – Centro de Educação/UFSC. Curso de Licenciatura em Letras-Libras) Florianópolis, 2006.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: efeitos de modalidade e práticas pedagógicas*. No livro pós-congresso "Temas em Educação Especial IV", pela EDUFSCar, 2004.

QUADROS, R. M. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-162, 2006.

RAMOS, C. R. *Histórico da Feneis até o ano de 1988*. Petrópolis: Editora Arara Azul Ltda. Nota: Este texto pode ser reproduzido, livremente com fins educacionais, desde que a fonte seja citada: Home Page <www.editora-arara-azul.com.br>. Acesso em: 12 mai. 2017.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo de surdos*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SCHUBERT, S. E. de M.. *Políticas públicas e os sentidos e significados atribuídos pelos educandos surdos ao intérprete de Língua de Sinais Brasileira*. 2012a. Dissertação (Mestrado). Universidade Tuiuti do Paraná.

SCHUBERT, S. E. de M. *Cultura surda*. Curitiba, Paraná: Editora FAEL, 2012b.

SCHUBERT, S. E. de M. *Quando a escola recebe a Cultura Surda*. XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE. 2013.

SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKLIAR, C. (Org). *Educação e exclusão: abordagens sócio-*

antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SKLIAR, C. A educação para os surdos entre a pedagogia especial e as políticas para as diferenças. In: *Desafios e possibilidades na educação bilíngue para surdos*. SEE/ INES. Rio de Janeiro: INES, 1997b.

SOARES, M. A. L. *A educação do surdo no Brasil*. Campinas, SP. Bragança Paulista, SP: Autores Associados; EDUSF, 1999.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (Orgs.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

UNESCO. *Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2017.

VASICKI, M.; SCHUBERT. et al. *Educação e o papel da associação de surdos: direito ou dever social para fortalecimento da comunidade surda brasileira?* EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. PUC-PR. 2015. pp.5281- 5294. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17414_8794.pdf> Acesso em: 7 abr. 2017.